

A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DO REPOSITÓRIO DIGITAL DA UNILAB MALÊS (2019-2024)¹

Hodair do Rosário Alves²

RESUMO

O presente artigo foi desenvolvido no curso de Licenciatura em Pedagogia da UNILAB-Malês com o objetivo de identificar, no repositório digital dos Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos entre 2019 e 2024, as produções que tratam da Educação Escolar Quilombola. A investigação, de natureza bibliográfica e exploratória, buscou compreender se e de que forma essa temática tem sido incluída entre as pesquisas de formação docente, considerando seu significado para o reconhecimento dos saberes das comunidades quilombolas, para a valorização de suas culturas e para a efetividade da educação em seus territórios. Os resultados apontaram para uma expressiva lacuna no número de trabalhos dedicados à Educação Escolar Quilombola no âmbito da UNILAB-Malês, indicando a necessidade de ampliação das iniciativas institucionais, da formação docente e da produção de conhecimento que dialoguem diretamente com essa realidade. Conclui-se que a Educação Escolar Quilombola representa uma dimensão relevante da formação docente e da ação universitária, e que seu fortalecimento pode contribuir para uma educação que valorize o território, a ancestralidade e as identidades quilombolas.

Palavras-chave: quilombolas - educação - Recôncavo (BA); repositórios institucionais; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês.

ABSTRACT

This article was developed in the Pedagogy degree programme at UNILAB-Malês aiming to identify, within the digital repository of final undergraduate papers from 2019 to 2024, works that address Quilombola School Education. The bibliographic exploratory research sought to understand whether and how this theme has been incorporated into teacher education studies, considering its relevance for recognising the knowledge of Quilombola communities, for valuing their cultures, and for underpinning education in their territories. The findings revealed a significant gap in the number of studies dedicated to Quilombola School Education within UNILAB-Malês, indicating the need to expand institutional initiatives, teacher preparation and research production that directly engage with this reality. It concludes that Quilombola School Education is a significant dimension of teacher training and university engagement, and its strengthening may contribute to an education that values territory, ancestry and Quilombola identities.

Keywords: quilombola communities - education - Recôncavo (BA); institutional repositories; University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony, Campus dos Malês.

¹ Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Míghian Danae Ferreira Nunes.

² Graduando em Pedagogia pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar os trabalhos de conclusão de curso, nas modalidades artigo, monografia e relatório de intervenção, do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, em São Francisco do Conde-BA, produzidos entre os anos de 2019 e 2024. O foco é identificar se nesse período foram desenvolvidos trabalhos de conclusão de curso que abordam a temática da educação escolar quilombola, amparada pela Lei 10.639/03 e pela Resolução CNE/CEB nº 8/2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, a Lei 10.639/03 criou um marco essencial, que encontra na Educação Escolar Quilombola um campo de aprofundamento e efetivação prática.. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012) reforçam esse compromisso, pois orientam a organização curricular, metodológica e comunitária das escolas quilombolas, garantindo que suas especificidades culturais sejam respeitadas. Para Silva (2007), essas diretrizes são fundamentais para a construção de uma educação que reconheça a diversidade e promova a equidade. Gomes (2017) destaca que sua implementação fortalece a identidade quilombola e transforma a escola em um espaço de resistência e valorização da história negra no Brasil.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, consistindo na análise de fontes já produzidas e disponíveis no repositório institucional da referida universidade. Essa análise visa compreender como uma instituição de ensino superior localizada em uma cidade de maioria negra³ e com comunidades quilombolas têm contribuído para a produção acadêmica voltada à valorização da educação das relações étnico-raciais, já que, em seu documento fundacional, a saber, o projeto político pedagógico da UNILAB, ela afirma seu compromisso em “construir uma ponte histórica e cultural entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa, baseada na cooperação solidária e na valorização da diversidade étnico-racial” (Gomes; Vieira, 2013, p. 76). Assim, a missão institucional da UNILAB dialoga diretamente com os

³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv2lw9vydeko>. Acesso em: 5 dez. 2025.

princípios da Educação Escolar Quilombola, ao promover uma formação crítica e emancipatória que reconhece o território, a ancestralidade e o protagonismo das populações negras e quilombolas.

Além disso, reforça a importância da Educação Escolar Quilombola não apenas para as comunidades quilombolas, mas também para as escolas que recebem estudantes quilombolas, garantindo o direito a uma formação crítica e conectada com a realidade dos estudantes.

A escolha da UNILAB, campus dos Malês, como local desta pesquisa está diretamente relacionada ao contexto social e histórico da cidade de São Francisco do Conde-BA. O município é notado pela presença de três comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas e por ser uma cidade de maioria negra (IBGE, 2023) fatores que tornam ainda mais relevante a análise da produção acadêmica sobre educação escolar quilombola. O recorte dos anos de 2019 a 2024 foi definido para identificar como essa realidade tem dialogado com os trabalhos de conclusão de curso do curso de Licenciatura em Pedagogia, já que foi em 2019 que a Universidade formou a sua primeira turma no referido curso..

2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: UM PASSO PARA A EQUIDADE E ACESSO À EDUCAÇÃO

Nesta seção, apresentaremos os conceitos chave para a compreensão desta pesquisa, bem como os documentos nacionais que balizam este estudo. Os conceitos chave são: educação escolar quilombola, quilombo, equidade e território. Os documentos nacionais que fundamentam essa discussão são: a Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) para incluir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; a Resolução CNE/CEB nº 8/2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; a Constituição Federal de 1988, sobretudo em seu artigo 206, que assegura igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; além do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei 13.005/2014), que estabelece como metas a superação das desigualdades educacionais e a valorização da diversidade étnico-racial. Somam-se a esses documentos as Políticas Nacionais de Equidade, Educação para as Relações Étnico-

Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ, 2024), instituídas pela Portaria MEC nº 470, de 14 de maio de 2024, que orientam ações e diretrizes para uma oferta específica, diferenciada e contextualizada às comunidades quilombolas.

A Educação Escolar Quilombola não pode ser compreendida apenas como uma modalidade de ensino, mas como um projeto político-pedagógico de resistência e reparação histórica. Ela emerge como resposta à invisibilidade e à marginalização das comunidades quilombolas, historicamente excluídas dos processos formais de escolarização. Ao estabelecer um currículo que parte das especificidades culturais, sociais e territoriais dessas comunidades, busca-se consolidar um espaço escolar de reconhecimento e valorização das identidades (Gomes, 2017; Silva, 2007).

Essa concepção se ancora em marcos legais que reconhecem a dívida histórica do Estado brasileiro com a população negra. A Lei nº 10.639/2003 é o ponto de inflexão, pois rompe com o silêncio curricular acerca da história e da cultura afro-brasileira, impondo a necessidade de reconfiguração dos currículos. Complementarmente, a Resolução CNE/CEB nº 8/2012 define a Educação Escolar Quilombola como modalidade específica, reconhecendo que o direito à educação passa pelo respeito às formas próprias de organização social e pelos saberes ancestrais. Como argumenta Petronilha Silva (2007), a valorização das africanidades é condição para que a escola se torne espaço de construção de cidadania inclusiva. Para pessoas negras e quilombolas, que no Brasil foram historicamente submetidas a uma migração forçada e à negação de seus direitos básicos, esse reconhecimento representa não apenas um avanço jurídico, mas também um passo essencial na reparação histórica e no fortalecimento de identidades que foram, por séculos, silenciadas pelas estruturas coloniais e racistas do país.

A existência desses marcos legais, no entanto, não garante sua implementação efetiva. Munanga (2005) lembra que o mito da democracia racial mascarou as desigualdades estruturais, reproduzindo a ideia de uma nação miscigenada, mas sem racismo. Esse mito se perpetuou também nas escolas, que, ao priorizar narrativas eurocêntricas, ou seja, centradas na Europa, silenciaram as contribuições negras e indígenas em nosso país. Nesse contexto, a Educação Escolar Quilombola atua como contraponto, criando condições para que memórias, práticas culturais e saberes comunitários ocupem lugar central no processo educativo.

Azoilda Loretto da Trindade (2005) destaca que a escola, ao reconhecer a diversidade étnico-racial, precisa ultrapassar a simples inserção de conteúdos e

transformar-se em um ambiente onde os sujeitos se vejam representados e respeitados. Para a autora, “a educação é também um ato de reconstrução da humanidade negada”, e essa reconstrução só é possível quando a prática pedagógica parte da experiência vivida e do reconhecimento das vozes silenciadas pela história. Na Educação Escolar Quilombola, essa perspectiva se concretiza ao valorizar a vida comunitária, os territórios, as práticas culturais e a oralidade como dimensões centrais do processo educativo. A escola, nesse sentido, deixa de ser um espaço de imposição de saberes e se torna um lugar de diálogo e resistência, em que a comunidade participa ativamente da construção de conhecimentos, reafirmando sua identidade e ancestralidade.

A perspectiva apresentada por Trindade (2005) sobre os valores civilizatórios afro-brasileiros nos permite compreender que a Educação Escolar Quilombola ultrapassa a dimensão pedagógica: ela é também uma ação política que afirma modos de ser, viver e aprender. Essa visão encontra ressonância nas reflexões de Nêgo Bispo (2015), para quem a colonização não se restringiu à ocupação territorial, mas representou também uma “colonização das ideias”, que impôs modelos únicos de conhecimento e deslegitimou as epistemologias dos povos tradicionais. A Educação Escolar Quilombola, nesse sentido, atua como movimento de contracolonização, pois reivindica o direito das comunidades quilombolas de pensar o mundo a partir de suas próprias referências culturais, espirituais e históricas.

A luta por equidade se manifesta justamente nesse reconhecimento da pluralidade de saberes e experiências. Equidade, diferentemente de igualdade, pressupõe considerar as desigualdades históricas e oferecer condições diferenciadas para alcançar justiça social. Como explica Bento (2019), “equidade é tratar de modo desigual os desiguais, na medida de suas desigualdades”, o que significa reconhecer os obstáculos estruturais que marcam o acesso, a permanência e o sucesso escolar de populações negras e quilombolas. Assim, pensar a Educação Escolar Quilombola como instrumento de equidade é compreender que a reparação histórica passa pela valorização dos territórios e das identidades que sustentam essas comunidades.

Givânia Maria da Silva (2022) reforça essa relação ao afirmar que o território quilombola é lugar de vida, memória e resistência. Para a autora, “educar em comunidades quilombolas é educar no e com o território”, o que implica reconhecer que o direito à educação está profundamente entrelaçado ao direito à terra e à preservação dos modos de vida comunitários. Esse entendimento amplia o conceito

de acesso à educação, que não se restringe à presença física na escola, mas envolve o reconhecimento das condições materiais, culturais e simbólicas que garantem uma aprendizagem significativa e contextualizada.

Nessa mesma linha, Milton Santos (2006) concebe o território como “espaço vivido e significado pelas relações sociais”, o que o torna uma categoria essencial para compreender a dimensão comunitária da escola quilombola. O território, nesse contexto, não é apenas o espaço geográfico, mas o lugar onde se constroem vínculos, solidariedades e saberes compartilhados. Assim, o acesso à educação, quando pensado a partir das realidades quilombolas, ultrapassa a lógica da inclusão formal e se transforma em acesso à dignidade, à cidadania e à valorização das memórias ancestrais.

De forma convergente, Nazário e Oliveira (2020) observam que a equidade educacional requer políticas públicas que reconheçam as diferenças étnico-raciais e territoriais como elementos centrais do processo educativo. A Educação Escolar Quilombola, ao integrar saberes tradicionais e práticas pedagógicas comunitárias, concretiza essa proposta, garantindo que o acesso à educação seja também um acesso à identidade e à história. Em última instância, ela representa um passo decisivo rumo a uma educação justa, plural e verdadeiramente democrática capaz de reparar desigualdades e fortalecer os laços entre escola, território e ancestralidade.

A Educação Escolar Quilombola, portanto, constitui um campo de intensa relevância, unindo a reparação histórica à construção de uma pedagogia mais inclusiva e significativa. A articulação entre leis, produção acadêmica e experiências docentes é fundamental para garantir que a educação se torne um motor de transformação social e valorização das identidades negras e quilombolas no país.

3 ENTRE CAMINHOS E SABERES: A TRILHA DA PESQUISA

A presente pesquisa tem caráter bibliográfico, uma vez que busca analisar os trabalhos de conclusão de curso sobre a Educação Escolar Quilombola, com base em monografias, artigos e relatórios de intervenção pedagógica disponíveis no Repositório Institucional da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Campus dos Malês. De acordo com o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Licenciatura em Pedagogia, o Trabalho de Conclusão

de Curso (TCC) pode ser apresentado em diferentes modalidades como monografia, artigo, relatório de intervenção ou produção técnico-científica, o que reflete a flexibilidade metodológica e a valorização de diferentes formas de produção do conhecimento docente. Para os fins desta pesquisa, foram selecionadas as modalidades de monografia, artigo e relatório de intervenção, por representarem práticas mais consolidadas no âmbito do curso e por possibilitarem uma análise mais ampla sobre a presença e o tratamento da temática da Educação Escolar Quilombola na formação inicial de professores.

Esse tipo de investigação é fundamental para compreender de que forma as produções de graduação têm incorporado o debate político e pedagógico sobre a educação brasileira, especialmente no que diz respeito às relações étnico-raciais e à efetivação do direito à educação de populações quilombolas. Ao examinar os TCCs, busca-se identificar não apenas o alcance teórico das discussões sobre equidade e acesso, mas também o compromisso institucional da UNILAB com a formação de educadores capazes de dialogar com as realidades locais, reafirmando os princípios de uma universidade comprometida com a integração, a valorização da diversidade e a transformação social.

Gil (2008) explica que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, permitindo ao pesquisador o conhecimento aprofundado do estado da arte sobre determinado assunto. Assim, ela possibilita mapear e analisar os principais debates, teorias e conceitos relacionados à educação quilombola, servindo como base sólida para discussões e futuras intervenções práticas.

Lakatos e Marconi (2017) também reforçam a importância dessa modalidade de pesquisa ao afirmar que a pesquisa bibliográfica “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Isso é essencial quando se trata de um tema tão sensível e necessário para a educação brasileira como a inclusão e valorização das identidades quilombolas no currículo escolar, visto que permite ao(a) pesquisador(a) identificar lacunas, contradições e contribuições relevantes na produção científica existente, podendo assim realizar proposições para a qualidade e renovar o debate educacional acerca do tema.

Para realizar a pesquisa, acessamos o repositório institucional da UNILAB; nele, há uma aba específica direcionada às produções acadêmicas chamada de

“Comunidades do Repositório” sendo a aba do campus dos Malês, denominada de “Instituto de Humanidades e Letras dos Malês – IHLM (São Francisco do Conde)”. A partir daí, a aba dedicada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Instituto de Letras e Humanidades Malês, Campus dos Malês (São Francisco do Conde, BA) foi acessada e, no campo de busca, na aba “Assunto”, inseri as palavras-chaves isoladas, a saber, “educação escolar quilombola” e “quilombola”. Segundo Fujita e Tolare (2019), os descritores são termos padronizados utilizados para indexação e recuperação da informação em bases de dados, permitindo que a pesquisa seja mais precisa e sistemática.

Os critérios de inclusão para escolha das pesquisas foram:

1. Trabalhos de conclusão do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UNILAB, Campus Malês;
2. Trabalhos de conclusão de curso do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UNILAB, Campus Malês que contenham no título, sumário ou no resumo as palavras educação escolar quilombola;
3. Trabalhos de conclusão de curso do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UNILAB, Campus Malês que tenham sido produzidos entre 2019 e 2024;
4. Trabalhos na conclusão de curso na modalidade monografia, artigo e relatório de intervenção pedagógica do curso de licenciatura Plena em Pedagogia da UNILAB Malês (BA);

Já os critérios de exclusão foram:

1. Trabalhos de conclusão de outros cursos que não os do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UNILAB Malês (BA);
2. Trabalhos de conclusão de curso do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UNILAB, Campus Malês que não contenham no título, sumário ou no resumo as palavras educação escolar quilombola;
3. Trabalhos de conclusão de curso que foram produzidos antes de 2019 e depois de 2024;
4. Trabalhos de conclusão de curso que não são monografias, artigos ou relatórios de intervenção pedagógica do curso em Licenciatura Plena em Pedagogia da UNILAB Malês.

Todos os trabalhos do repositório são em português e, por isso, este não foi um critério de inclusão ou exclusão. Para garantir a abrangência dos estudos selecionados, foram escolhidos os descritores “educação escolar quilombola” e “quilombola” que foram usados de modo isolado, sem combinações entre si. O termo “quilombola”, no contexto deste trabalho, está relacionado exclusivamente à Educação Escolar Quilombola enquanto campo educacional e político-pedagógico, não sendo empregado para designar pessoas ou territórios específicos. De todo modo, é importante informar aqui que não foram encontrados trabalhos de conclusão de curso que utilizaram o termo com estas finalidades

É importante frisar que a escolha dos anos acima se deu pelo fato de que, em 2019, o campus dos Malês ter começado a formar suas primeiras turmas do curso de pedagogia, curso este iniciado em 2016; lembramos ainda que, em 2019, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012) já tinham alcançado sete anos de promulgação e, conseqüentemente, obrigatória implementação. A pesquisa foi realizada, assim, com os trabalhos de conclusão de curso que foram defendidos e depositados no Repositório de 2019 até o ano de 2024, pois o ano de 2025 ainda está em curso, perfazendo assim 5 anos de busca.

Após o detalhamento da metodologia, seguiremos para os resultados e discussão da pesquisa realizada.

4 A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO: REFLEXÕES

Na pesquisa realizada no mês de outubro de 2025, foram encontrados especificamente três trabalhos oriundos da inserção dos descritores; dois deles são artigos e uma é uma monografia, conforme quadro abaixo.

Tabela 1 - TCCs encontrados no Repositório UNILAB IHLM Malês

Nome do Trabalho de Conclusão de Curso	Natureza	Autora	Ano
Saberes escolares e os saberes quilombolas: reflexões sobre as experiências de docentes	Monografia	Laila Souza Pascoal	2024
Importância da leitura de contos africanos na Educação Infantil	Artigo	Marília Bulcão Bernardo	2022
Importância do ensino da literatura negra na formação identitária das crianças da Educação Infantil	Artigo	Daniela Araújo dos Santos	2022

Fonte: elaborado pelo autor.

Tendo observado os critérios de inclusão e exclusão e a leitura dos mesmos, os artigos encontrados foram eliminados porque, apesar de aparecerem na busca, não possuem, no título e no resumo, os descritores indicados, a saber, “educação escolar quilombola” e “quilombola”. O único trabalho encontrado que atende aos critérios desta pesquisa foi a monografia intitulada “Saberes escolares e os saberes quilombolas: reflexões sobre as experiências de docentes”, de Laila Sousa Pascoal (2024).

A monografia “Saberes escolares e os saberes quilombolas: reflexões sobre as experiências de docentes” (Pascoal, 2024), produzida como trabalho de conclusão de curso para a Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus dos Malês (BA), analisa a relação entre saberes tradicionais e práticas pedagógicas no interior de uma comunidade quilombola do Recôncavo Baiano. O estudo toma a escola como espaço de disputa simbólica e afirmação identitária, destacando o território e a ancestralidade como dimensões estruturantes do processo educativo. A perspectiva adotada insere-se no campo da Educação Escolar Quilombola e se articula à discussão sobre equidade e acesso à educação, eixos centrais desta pesquisa.

A introdução da monografia apresenta a relevância social e acadêmica do tema, afirmando a necessidade de compreender como os saberes quilombolas são incorporados, reinterpretados ou silenciados no currículo escolar. A justificativa do trabalho ancora-se na Lei nº 10.639/2003 e na Resolução CNE/CEB nº 8/2012, que instituem, respectivamente, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Parte-se do entendimento de que a efetivação dessas normas depende

de currículos, práticas e formações que reconheçam a centralidade das experiências negras no cotidiano da escola. Essa posição converge com a formulação de Gomes (2017) sobre educação insurgente, entendida como ruptura com o monoculturalismo curricular e afirmação de sujeitos negros e quilombolas como produtores de conhecimento.

A autora delimita o problema de pesquisa ao evidenciar a distância entre previsão legal e implementação concreta da educação escolar quilombola. O texto indica que, embora a legislação represente um avanço, persistem obstáculos epistemológicos e materiais nas redes de ensino. O enquadramento teórico inicial dialoga com Silva (2007) e Munanga (2005), mostrando que a invisibilização da contribuição negra no currículo resulta de um processo histórico de negação e hierarquização de saberes. A introdução, portanto, situa a investigação como uma das contribuições para a superação desse quadro, com foco na experiência docente em território quilombola.

A fundamentação teórica articula autores(as) que contribuem para a consolidação da Educação Escolar Quilombola como campo epistêmico e político. Trindade (2005) é mobilizada para a noção de valores civilizatórios afro-brasileiros ancestralidade, oralidade, ludicidade, corporeidade, circularidade e comunitarismo como pilares de uma pedagogia antirracista que desloca a centralidade do cânone eurocêntrico. Em diálogo com Bispo (2015), a monografia reconhece os quilombos como espaços de autonomia epistêmica, nos quais se produzem modos próprios de existir e aprender.

A discussão aproxima-se de Silva (2022) ao enfatizar que educar em comunidades quilombolas implica educar com o território: o conhecimento se constitui a partir da vida comunitária, das memórias e dos vínculos afetivos. Nesse sentido, a escola é chamada a operar como extensão do território e não como instância externa a ele. Munanga (2005) é acionado para problematizar o mito da democracia racial e seus efeitos no currículo, enquanto Gomes (2017) fundamenta a necessidade de uma prática educativa insurgente, comprometida com a reparação histórica.

O referencial ainda estabelece pontes com a literatura sobre equidade educacional. Nazário e Oliveira (2020) propõem que a justiça educacional demanda políticas que reconheçam diferenças étnico-raciais e territoriais como dimensões estruturantes do processo de escolarização. Essa chave teórica permite ler a Educação Escolar Quilombola como estratégia de equidade: não se trata apenas de

garantir o acesso formal, mas de assegurar condições pedagógicas, materiais e simbólicas para aprendizagens significativas e para o reconhecimento de epistemologias negras no âmbito escolar.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritivo-analítica, com enfoque na escuta das experiências docentes. Foram realizadas entrevistas semi estruturadas com professoras de uma escola municipal situada na Comunidade Quilombola Alto do Cruzeiro, em Acupe (Santo Amaro/BA). A opção metodológica pela entrevista, com ênfase na narrativa, coaduna-se com a perspectiva de pesquisa com o território (Silva, 2022), priorizando relações horizontais e a valorização das vozes dos sujeitos.

O percurso metodológico descrito contempla critérios de seleção dos participantes, procedimentos de registro e organização das falas por eixos analíticos. A estratégia evidencia um compromisso ético-político com a comunidade, evitando leituras exotizantes ou distanciadas. Ao reconhecer professoras como sujeitos produtores de conhecimento, a monografia alinha-se às diretrizes da Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012) e aprofunda a compreensão de como o currículo pode ser enraizado nas experiências locais.

A análise organiza-se em três eixos: (1) reconhecimento dos saberes quilombolas; (2) desafios de inserção curricular; e (3) formação docente e relações étnico-raciais. No primeiro eixo, as falas docentes reconhecem práticas culturais como o samba de roda, a agricultura familiar, as marés e as festividades religiosas como saberes educativos. Tais práticas operam como mediadoras de aprendizagem, mesmo quando não constam explicitamente nos planos de ensino. A presença desses conteúdos vivos confirma o que Trindade (2005) denomina resistência civilizatória: valores afro-brasileiros que sustentam modos de ensinar e aprender e tensionam a hierarquia curricular.

O segundo eixo explicita a dificuldade de transformar o reconhecimento em institucionalização. Docentes relatam a ausência de materiais didáticos contextualizados, lacunas na organização curricular e escassez de apoio pedagógico para projetos integradores. Esse quadro materializa o “vazio institucional” descrito por Nazário e Oliveira (2020), no qual políticas de reconhecimento existem, mas não se desdobram em condições efetivas de implementação. A análise permite inferir que a equidade educativa requer mudanças na gestão escolar, formação continuada e produção de recursos didáticos que dialoguem com o território.

No terceiro eixo, a formação inicial em pedagogia é problematizada: os participantes apontam insuficiência de componentes específicos sobre Educação Escolar Quilombola e relações étnico-raciais. As práticas mais potentes emergem da vivência e do pertencimento comunitário, e não de um preparo institucional estruturado. Essa constatação reforça o argumento de Gomes (2017) sobre o papel histórico dos educadores na construção de uma escola emancipatória e convoca as universidades em especial aquelas com missão social ligada às populações negras, como a UNILAB a integrarem de modo transversal os conteúdos e as metodologias da educação quilombola.

A análise também trabalha o território como categoria pedagógica. Inspirada em Santos (2006), a monografia lê o território como espaço vivido, dotado de significados e afetos, no qual se cruzam técnica, tempo e emoção. Nessa chave, a escola quilombola é parte do território, e não um ente alheio a ele: as aprendizagens se enraízam nas experiências cotidianas, nos vínculos de parentesco, nas memórias e nas formas tradicionais de trabalho e celebração. Essa leitura amplia o entendimento de acesso e permanência escolar, que passam a incluir o reconhecimento das temporalidades e dos ritmos da comunidade.

As considerações finais reafirmam a escola quilombola como projeto político de emancipação e de reparação histórica. Ensinar em território quilombola implica aprender com o território, com seus tempos e com seus valores civilizatórios. A monografia conclui que a efetivação da Educação Escolar Quilombola depende de: (1) formação docente específica e continuada; (2) materiais didáticos contextualizados; (3) participação ativa da comunidade nos processos decisórios da escola; e (4) gestão comprometida com práticas antirracistas.

Do ponto de vista da equidade, os achados evidenciam que políticas universais são insuficientes para enfrentar desigualdades historicamente constituídas. É necessário adotar estratégias diferenciadas, coerentes com a máxima de tratar desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. Isso implica reconhecer que o acesso à educação, para as comunidades quilombolas, é indissociável do direito ao território, da valorização da memória e do protagonismo comunitário.

Ao analisarmos mais detidamente o desenvolvimento do trabalho, contudo, percebe-se que o alcance desses objetivos permanece parcialmente restrito, uma vez que a discussão tende a privilegiar o relato das práticas e narrativas docentes, sem

avançar de modo mais sistemático na problematização crítica do que, de fato, caracteriza uma Educação Escolar Quilombola enquanto política educacional diferenciada. Em outros termos, embora a autora identifique práticas que dialogam com o território e a cultura local, nem sempre essas práticas são confrontadas com os marcos normativos e teóricos que definem essa modalidade de ensino, o que limita uma avaliação mais profunda sobre se tais ações se configuram como expressão efetiva da Educação Escolar Quilombola ou se permanecem em um campo mais simbólico e pontual daquilo que se conseguiu observar com as falas das professoras.

No que concerne à metodologia, é possível afirmar que há coerência interna entre a proposta investigativa e os procedimentos adotados, especialmente no que se refere à escolha da abordagem qualitativa e ao uso de entrevistas semiestruturadas como principal instrumento de produção de dados. A opção pela escuta das experiências docentes se mostra pertinente, considerando o interesse em compreender percepções, sentidos e práticas construídas no interior da escola quilombola. Nesse aspecto, a metodologia contribui para dar visibilidade às vozes das professoras e para reconhecer sua condição de sujeitos produtores de saber. Ainda assim, apesar de reconhecermos o potencial presente em pesquisas em que vozes vem à tona e falam sobre suas trajetórias docentes, é importante ressaltar que, na referida monografia, a autora afirma apenas que enviou e recolheu os Termos de Consentimento com as professoras partícipes da pesquisa (não consta um modelo de consentimento nos anexos do trabalho), mas não cita se a pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil, parte do Sistema Nacional de Ética em Pesquisa brasileiro, que abriga os Comitês de Ética em Pesquisa e à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP) e que garante a proteção dos(as) participantes de pesquisas científicas no país, como informam as Resoluções nº466/2012 e a nº 510/2016 e a Lei nº 14.874/2024.

A monografia analisada contribui para o campo ao articular, de modo situado, os conceitos de território, ancestralidade e equidade, demonstrando que a escola pode operar como lugar de reconstrução simbólica e social. A leitura confirma que a Educação Escolar Quilombola não é apenas uma modalidade, mas um projeto que reclama condições institucionais, curriculares e formativas coerentes com a história e as epistemologias das comunidades negras rurais. Ao revelar tensões entre reconhecimento e institucionalização, o estudo oferece pistas concretas para políticas

públicas e para a formação de professores, em consonância com as diretrizes nacionais e com a missão social da UNILAB.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas ao longo deste trabalho evidenciam que a Educação Escolar Quilombola é mais do que uma modalidade de ensino: é um projeto político-pedagógico de resistência, equidade e emancipação. A análise do único trabalho de conclusão de curso da UNILAB Campus Malês selecionado para esta pesquisa a partir dos critérios descritos, a saber, a monografia de Laila Souza Pascoal (2024), permitiu compreender como o debate sobre os saberes quilombolas vem sendo articulado no campo acadêmico, reafirmando o compromisso da universidade com a valorização das identidades negras e com a promoção de uma educação enraizada nos territórios e nas memórias comunitárias.

Constata-se que, embora o número de produções ainda seja limitado, o tema vem ganhando relevância no contexto da formação docente, sobretudo por reconhecer o território como espaço de produção de saberes e de vivências pedagógicas. Essa perspectiva amplia o entendimento de acesso e permanência escolar, pois associa o direito à educação ao direito à terra, à cultura e à ancestralidade. Assim, a escola quilombola deve ser compreendida como um lugar de reconstrução simbólica e social, no qual o conhecimento é produzido em diálogo com as experiências e valores civilizatórios afro-brasileiros.

Os resultados da pesquisa indicam que é necessário fortalecer a formação docente inicial e continuada, assegurando que as universidades, em especial aquelas com missão social voltada às populações negras, assumam de forma transversal o compromisso com a Educação Escolar Quilombola. Além disso, é imprescindível investir em políticas de equidade que garantam condições materiais e pedagógicas adequadas para o funcionamento das escolas quilombolas, valorizando o protagonismo das comunidades e reconhecendo a centralidade dos saberes tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES DOS SANTOS, J. L.; *et al.* Educação Escolar Quilombola e prática docente no campo. Ser professor quilombola: Uma experiência político-pedagógica na Educação do/no Campo em Maiquinique-Bahia. **Abatirá** – Revista de Ciências Humanas e Linguagens, v. 5, n. 2, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/abatira/article/view/14189>. Acesso em: 02 dez. 2025.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e justiça racial. **Branqueamento e equidade**: dilemas da justiça racial no Brasil. São Paulo: CEERT, 2019. Acesso em: 02 dez. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola**. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Acesso em: 02 dez. 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Ensino da história e cultura afro-brasileira**. Acesso em: 02 dez. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Equidade e Educação Escolar Quilombola. Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024. **Diário Oficial da União**, 15 maio 2024. Disponível em: <https://anec.org.br/wp-content/uploads/2024/05/PORTARIA-No-470-DE-14-DE-MAIO-DE-2024.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2025.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo estrutural e desigualdade social**. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. Acesso em: 02 dez. 2025.
- FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; TOLARE, Jessica Beatriz. Representação da informação em repositórios digitais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 2, p. 93–125, 2019. Acesso em: 02 dez. 2025.
- GIL, A. C. **Metodologia da pesquisa social**. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Acesso em: 02 dez. 2025.
- GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação**. O movimento negro educador. Petrópolis: Vozes, 2017. Acesso em: 02 dez. 2025.
- hooks, bell. **Educação libertadora e pedagogia crítica**. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023. Acesso em: 02 dez. 2025.
- IBGE. **Identificação étnico-racial no Brasil**. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 dez. 2025.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Acesso em: 02 dez. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Mestiçagem e identidade racial no Brasil**. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005. Acesso em: 02 dez. 2025.

PASCOAL, Laila Souza. **Saberes docentes na educação quilombola**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – UNILAB, 2024. Acesso em: 02 dez. 2025.

SILVA, Givânia Maria da. **Luta e resistência quilombola em Conceição das Crioulas**. O Quilombo de Conceição das Crioulas: uma terra de mulheres – luta e resistência quilombola. Brasília: Universidade de Brasília, 2022. Acesso em: 02 dez. 2025.